

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA
DA JUSTIÇA FEDERAL DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.**

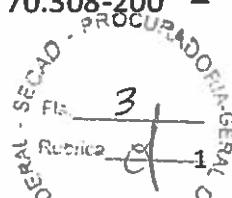
ELIETE MARIA DE SOUZA, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF nº 109.779.126-20 e RG 19263957 SSP-MG, e inscrita no Título de Eleitor nº 18599533 0213 Seção 008, Zona 021, REGINA CELINA MONTEIRO, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF nº 301992806-06 e RG 1019536 SSP-DF, inscrita no Título de Eleitor nº 0047 8663 2070, Secao 001 Zona 021, ambas residentes e domiciliadas no endereço QR 501, Conjunto 05, Casa 17, Samambaia SUL, Distrito Federal, CEP: 72311305, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu advogado que ao final subscreve (mandato procuratório anexo – doc. 01), com endereço na Av. A, Lote 1-A, Qd 30, Bairro JK Anápolis – GO, com fundamento nos artigos 1º, § 1º e 2º, parágrafo único, alíneas “a”, “c” e “e” da Lei nº 4.717/1965, propor a presente:

AÇÃO POPULAR, com pedido de liminar

Em desfavor da

UNIÃO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, por seu Representante Legal, com sede no Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, por seu Representante Legal, com sede no Centro Empresarial Parque Cidade Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre C, 12º andar 70.308-200 – Brasília – DF.



BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL, por seu Representante Legal, com sede no Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 3 Bloco B - Ed. Sede Brasília – DF, CEP: 70074-900;

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, representada por seu Representante Legal, com sede no Palácio dos Buritis, s/nº, Brasília – DF;

VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede a Estrada Antonio Abdalla, nº 235, Piracicaba/SP, CEP: 13424-700, na qualidade de vencedora da Bacia 01;

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0001-62, com sede no SGCV sul Lote 18, Sala 02, Guará, Brasília-DF, CEP 71215-1000, na qualidade de vencedora da Bacia 02;

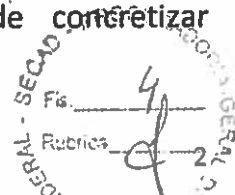
HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.082.596/0001-06, com sede na Avenida dos Alpes, nº 450, Setor União, Goiânia-GO, CEP 74.310-970, e **ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.650.167/0001-60, com sede na Avenida Marginal Norte, 216, Setor Marechal Rondon, Goiânia-GO, CEP 74.560-180, empresas que compõem o CONSÓRCIO HP-ITA que fora declarado vencedor da Bacia 03.

AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 76.557.867/0001-04, localizada na Rua Tapajós, nº 851, Bairro Bom Retiro, Curitiba – PR, CEP 80.520-260, na qualidade de vencedora da Bacia 04;

EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 01.627.142/0001-46, com sede no SGCV, Lote. 05-A, Guará-DF, CEP 71.215-2100, na qualidade de vencedora da Bacia 05;

I – DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO

A presente AÇÃO POPULAR tem por objetivo, nos termos do art. 1º da Lei 4.717/65, anular contratos de financiamentos que se utilizem de linhas de créditos oriundos do BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ou por meio da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, integrante do Sistema BNDES, através de agentes financeiros, estão na iminência de concretizar



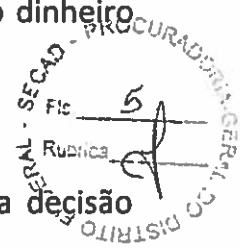
financiamentos com as empresas vencedoras da Concorrência Pública nº 001/2011, promovida pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Tal licitação, está sendo investigada por diversos Órgãos de Controle, dentre eles o Ministério Público do Distrito Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal com especial dedicação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, além da Polícia Federal e Ministério Público Federal.

Os Juízos das 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal, já concederam decisão liminar determinando a SUSPENSÃO de todos os contratos firmados pelas empresas vencedoras e o Distrito Federal, visando investigar tais fraudes, que no caso de serem confirmadas, ao que tudo indica que serão, tais contratos serão anulados, e as empresas não virão a operar no Distrito Federal.

Assim, faz-se imperioso que seja determinado ao BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, que suspenda toda e qualquer tratativa de financiamento com as empresas vencedoras da licitação promovida pelo Distrito Federal, até que sejam apuradas as graves denúncias de fraudes que podem ensejar a nulidade dos contratos, antes que tais empresas adquiram e faturem tais veículos com financiamentos do Governo, uma vez que além de colocarem em risco o adimplemento dos financiamentos, estarão ainda a beneficiar-se de uma deflagrada fraude cometida em licitação, para adquirirem novos veículos com uso do dinheiro público.

Assim, o objeto da presente Ação Popular é que V. Exa., amparado pela decisão liminar dos nobres Juízos da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, determine ao BNDES que se manifeste sobre a existência de algum pedido e/ou contrato de financiamento celebrado entre o BNDES e as empresas vencedoras da CP 001/2011 que estão arroladas nesta inicial como beneficiárias das fraudes, e que, nos casos afirmativos de existência de pedidos e/ou contratos, que estes sejam



sobrestados até o trânsito final das Ações específicas, visando evitar prejuízos irreparáveis ao erário e à toda a População.

II – DO CABIMENTO

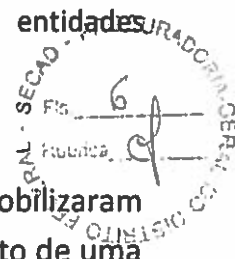
As Autoras comprovam ser cidadãs regularmente inscritas como eleitoras devidamente alistadas em seções eleitorais desta cidade (doc. 02 anexo), e domiciliadas nesta Capital da República. Assim, provada esta sua legitimidade para propor a presente Ação Popular em consonância com o que dispõe o art. 5º inciso LXXIII da Constituição Federal:

“LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.”

Em sede infraconstitucional, tal garantia é regulamentada pela Lei 4.717/65, que em seu art. 1º assim assegura:

1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Após a efetiva participação das autoras em manifestações populares que mobilizaram esta Cidade, e ocorreram em todo o país, as Autoras tomaram conhecimento de uma



verdadeira fraude que ocorreu no Distrito Federal, na licitação para Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.

Assim, as mesmas moveram AÇÃO POPULAR proposta perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, a qual já decidiu no sentido de suspender todos os contratos oriundos da licitação fraudulenta.

Em resumo, a fraude ocorrida na licitação do Transporte Público do Distrito Federal, se deu da seguinte forma:

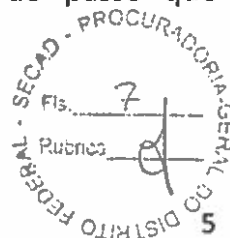
**III – SÍNTESE DOS FATOS JÁ APURADOS E QUE COMPÕE O OBJETO DA AÇÃO
POPULAR EM TRÂMITE PERANTE A 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL O QUAL JÁ DETERMINOU A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS ORIGINADOS
DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ST-DF 001/2011**

O Distrito Federal, diante da necessidade de renovação dos contratos de Transporte Coletivo de Passageiros, publicou a licitação sob a modalidade de Concorrência Pública ST-DF nº 001/2011.

Tal licitação está estimada em mais de R\$ 8 Bilhões de Reais, e com prazo de Concessão dos próximos 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período. O território do Distrito Federal foi dividido geograficamente em 05 lotes, sendo que cada lote refere-se a uma região territorial onde a empresa vencedora irá operar.

Foram diversas as irregularidades que condenaram a licitação.

As fraudes se iniciaram com a atuação de um Escritório de Advogados Particular, de nome GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS, que foram em verdade os responsáveis por conduzir a licitação, elaborando os julgamentos de habilitação e classificação em nome da Comissão de Licitação, ao passo que advogavam para as empresas participantes.



Das 17 empresas que concorriam no certame, 12 foram inabilitadas pelo julgamento de tais advogados, sendo que restaram apenas 05 empresas para competirem pelos 05 lotes restantes.

Assim, cada uma das 05 empresas habilitadas sagrou-se vencedora de uma bacia, com o preço máximo estipulado pelo Edital.

O Edital foi elaborado pela empresa LOGITRANS de propriedade do Sr. Garrone Reck, que é pai do Advogado Sacha Reck que conduziu a licitação.

O Tribunal de Justiça do Paraná já determinou o bloqueio de bens dos Srs. Sacha Reck, Garrone Reck, e de empresas participantes da licitação que praticaram a mesma fraude no Paraná, e tiveram a ousadia de repeti-la em plena Capital Federal. Lá os mesmos estão sendo investigados por crimes de Improbidade e fraude nas licitações, em que o Sr. Garrone Reck através da LOGITRANS elaborava os editais, incluía tarifas altíssimas, e o seu filho, Sr. Sacha Reck, que advoga para algumas empresas que tinham interesses nos contratos, fraudava a licitação, retirando qualquer concorrência, e garantia a vitória de seus clientes.

Aqui no Distrito Federal, tal fraude também foi praticada nos mesmos moldes. Sendo que o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, em representação formulada pela Procuradora de Contas Dra. Márcia Farias, já requereu ao Plenário do Tribunal a **ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO POR COMPROVADO SUPERFATURAMENTO DAS TARIFAS DIANTE DA FALTA DE COMPETITIVIDADE QUE SE DEU NA LICITAÇÃO.**

Tanto o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, quanto a Polícia Federal, estão investigando tais fraudes, ocorridas em diversas cidades do Paraná e repetidas nesta Capital Federal.

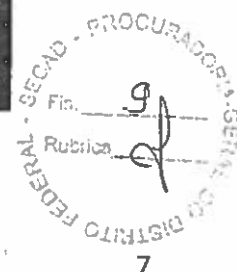


Ocorreu ainda a formação de oligopólio, em desobediência ao edital de licitação, sendo que duas empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico sagraram-se vencedoras de dois lotes da licitação.

O Ministério Público do Distrito Federal também está procedendo sérias investigações, já tendo tomado vários depoimentos de inúmeros envolvidos na licitação.

Tais denúncias foram amplamente veiculadas na imprensa local e nacional através das seguintes matérias, que elucidam os fatos que fundamentam a Ação Popular em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal:

3.1 – MATÉRIA PUBLICADA NA REVISTA VEJA, (ED. 2327, Ano 46 – nº 26 datada de 26/06/2013) NA REPORTAGEM INTITULADA: CARTEL DA RODA PRESA:



IV – DA DECISÃO NA AÇÃO POPULAR MOVIDA PELAS MESMAS AUTORAS, PERANTE A PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA QUE JÁ SUSPENDEU OS CONTRATOS DAS BACIAS 01 E 04:

Neste cenário, em que foram deflagradas inúmeras fraudes, que chocaram a População e ensejaram a propositura de vultuoso número de ações judiciais, chamamos a atenção para uma Ação Popular proposta pelas mesmas autoras da presente. E uma Ação Civil Pública proposta pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania – ABRADEC.

Em ambas as Ações, a Justiça Distrital, já compreendeu a necessidade de suspensão dos Contratos, para renovação da frota de transporte público do Distrito Federal, até que se apurem tais fraudes, uma vez que caso as empresas comecem a operar e posteriormente, sejam anulados os contratos, tais empresas ainda irão reivindicar na justiça milionárias indenizações que sairão dos cofres públicos, e poderiam ser aplicadas em saúde, educação, e outras necessidades básicas.

Ao analisar a questão no âmbito da ação popular o insigne juiz Henrique Silveira de Almeida, reconheceu a existência de diversas irregularidades no bojo da contratação das empresas para a exploração do serviço de transporte urbano no Distrito Federal.

Observou aquele magistrado:

Quanto à alegação de contratação ilegal do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck como consultor jurídico da licitação, que haveria dirigido os trabalhos da Comissão de Licitação inabilitando as empresas concorrentes e habilitando apenas empresas anteriormente patrocinadas pelo escritório de advocacia, tem-se que:

a) O Distrito Federal, através do Secretário de Transportes confirmou que o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck realiza a consultoria jurídica da Licitação auxiliando na fase interna, inclusive acerca de habilitações.

Logo restou demonstrada a atuação de tal escritório.

A omissão de tal informação nas publicações relacionadas à licitação levanta grande suspeita sobre a lisura do procedimento de contratação de tal escritório. Registrando-se que o fato de a licitação receber auxílio técnico ou financeiro de órgão internacional não elide o cumprimento rigoroso de todas as normas relacionados à licitação do ordenamento jurídico brasileiro.

b) As informações da Secretaria de Transportes não indicaram o contrato de consultoria do mencionado escritório, com seus valores, sua forma de trabalho e seu prazo de validade.

Não há informações sobre a forma de contratação de tal escritório. Não há indicação se foi feita licitação, ou se houve inexigibilidade de licitação com a exibição do procedimento administrativo próprio.

No depoimento prestado pelo Secretário de Transportes – Senhor José Walter Vazquez Filho à Câmara Distrital, questionado se a contratação do Escritório foi de forma direta (isto é, sem licitação). Respondeu:

“Não. As contratações são feitas pelo banco através de listas fechadas e é o banco que escolhe a melhor proposta. Aí você contrata” (fls. 270, 9.19 do depoimento).

O secretário referia-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, no sentido de que tal banco indicou o Escritório Sacha Reck.

Porém o Banco interamericano de Desenvolvimento – BID prestou informação no sentido de que não possui relação nem indicou o escritório Sacha Reck para participação no contrato de licitação dos transportes do Distrito Federal (fls. 456).

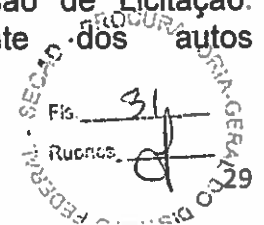
Logo houve contratação direta do Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, sem procedimento de dispensa de licitação, restando configuradas irregularidades em tal consultoria visto que a empresa que iniciou os trabalhos de elaboração do edital LOGITRANS tem entre seus diretores o pai do advogado Sacha Reck, senhoGarroneReck.

c) não há indicação ou fundamentação consistente acerca da opção por contratar-se consultoria jurídica para auxílio de Licitação, sem que a Secretaria de Transportes auxiliasse-se dos serviços da Procuradoria do Distrito Federal.

A contratação de serviços de advogado para auxiliar comissão de licitação não é proibida pela Lei 8666/93. Contudo, tendo em vista a existência de órgão jurídico de atuação no Poder executivo, com elevada capacidade técnica e reconhecida eficiência na atividade jurídica, a Procuradoria do Distrito Federal, mostra-se necessário a realização de decisão administrativa prévia com fundamentação consistente a justificar a oneração dos cofres públicos para custear serviço que poderia ser realizado por órgão próprio (procuradoria do Distrito Federal).

d) A atividade de consultoria realizada pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck ultrapassou a função de mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório, especialmente as questões relativas à habilitação dos concorrentes.

Percebe-se a presença do advogado Sacha Reck na elaboração da Ata de apresentação de envelopes. O que é bastante estranho, tendo em vista que a realização dos atos de registro e averbação são competência exclusiva da Comissão de Licitação. Documento divulgado na imprensa constante dos autos 2013.01.1.132169-8).



Percebe-se que o mencionado escritório atua em processo judicial, como na apresentação de informações em Mandado de Segurança (2012.00.2.020456-6). Tal atribuição é da competência da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF vez que cabe ao mencionado órgão defender a eventual legalidade do ato administrativo ou dispensar tal defesa (na forma das orientações internas da PGDF), quando tratar-se de ato administrativo manifestamente ilegal. (fls. 169)

Também afigura-se estranho que o mencionado escritório atuasse para apresentar peça jurídica para subsidiar a manifestação da Comissão de Licitação PGDF já que a comunicação entre órgão administrativo não necessita de prévia formalização jurídica do ofício bastando que a Comissão encaminhasse informações que a PGDF iria examinar a legalidade do ato (fl. 170).

Há nos autos atas do processo licitatório indicando que membros da comissão sentiam-se constrangidos com a atuação do escritório de advocacia Sacha e Reck já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão.

As decisões dos recursos administrativos eram definidas pelo escritório, sendo confirmadas pela Comissão, com ressalvas de alguns membros da comissão. Como se verifica no documento de fls. 620, em que as integrantes da comissão escrevem a caneta: “parecer não lido, apenas vistado por exigência do Secretário de Transportes”.

As cópias de decisões judiciais e petições iniciais de ações, que apontam pela suspeita de fraudes em licitações de transportes no Estado do Paraná descrevem um roteiro muito parecido ao evidenciado nos presentes autos. Tal como ocorreu nos autos 11202-06.2013.8.16.0031, da 1ª vara Cível de Guarapuava. Fls. 570/613 e 463/568.

A empresa Logitrans é contratada para a realização do contrato de licitação, abordando os aspectos técnicos.

O escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha REck é contratado como órgão consultor, sem indicação de procedimento prévio de licitação ou procedimento de dispensa/inexigibilidade de licitação.

De se registrar que um dos diretores da Logitrans, GarroneReck é pai do advogado Sacha BreckenfeldReck que atual no mencionado escritório de advocacia. Também é diretor na empresa o senhor Alexis BreckenfeldReck, irmão do advogado Sacha (termo de declaração perante MP do Paraná, fl. 83-85)

O escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck controla o procedimento de habilitação e inabilitação dos concorrentes;

Empresas que anteriormente celebram contratos advocatícios com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha REck sagram-se vencedoras apresentando proposta de alto valor.

e) Empresas previamente assessoradas pelo Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck sagraram vencedoras da licitação. Algumas dessas empresas indicaram o valor máximo de preço de tarifa em suas propostas contratuais ou recebem outros favorecimentos.

A Empresa Viação Piracicabana foi favorecida por apresentar complementação de documentos posteriormente à fase de apresentação dos envelopes. Ofício 20/2013 – CEL 01/2011-ST, de

08/03/2013, subscrito pelo presidente da Comissão de Licitação, Senhor Galeano Furtado Monte, solicita a seguinte documentação: Balanço patrimonial, Demonstração de resultado do Exercício; Termo de abertura de livro diário geral; termo de encerramento digital do livro diário geral (...) fl. 615.

Tal situação evidencia tratamento diferenciado e privilegiado à empresa, tendo em vista que outras empresas foram excluídas da concorrência pela ausência de um ou dois documentos, enquanto para a Viação Piracicabana admite-se a juntada posterior de amplo caderno documental.

Na informação da Secretaria de transportes há expressa indicação de que o escritório de advocacia já atuou para a empresa Transporte coletivo Grande Bauru Ltda em causas pontuais no Estado de São Paulo. Os sócios dessa empresa são Max Empreendimentos e participações LTDA, Comporte Participações S/A e PGM participações LTDA. Ao passo que a empresa Viação Piracicabana detém como sócios Comporte Participações S/A e Glarus Participações, Maria zélia Rodrigues de Souza Franca, Paulo Sérgio Coelo, José Efrain Neves da Silva (alteração contratual de 13/2/2013, fls. 164/165). Sendo que a Comporte Participações S/A tem mais de 50% do capital da viação piracicabana.

Embora não haja identidade total de sócios. A presença de sócios comuns com capital significativo na empresa, indica uma orientação comum. Bem como demonstram que o resultado de uma empresa influencia no resultado de outra. O advogado que exerce a competência de consultoria de licitação não pode apresentar parecer em relação a empresa que contenha sócio com capital significativo em outra empresa patrocinada juridicamente pelo mesmo advogado.

Logo restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa viação piracicabana, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo.

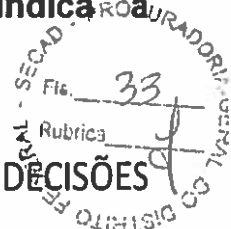
Quanto à viação marechal Ltda evidenciou-se que o Escritório de advocacia já fez patrocínio jurídico à mencionada empresa, ainda que seja em relação a dissídios trabalhistas com atuação de Sindicatos.

A empresa Viação Marechal foi defendida pelo Escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck em processos no Estado do Paraná. Inclusive encontra-se envolvida em ação de improbidade cm o Advogado Sacha Reck no Estado do Paraná, havendo decisão judicial determinando indisponibilidade de seus bens.

Logo, restou demonstrado vínculo anterior entre o escritório de advocacia e a empresa Viação Marechal Ltda, suficiente a impossibilitar a realização de parecer do mencionado escritório em sede de procedimento administrativo.

O conjunto de elementos dos autos indica a ocorrência de fraude ao sistema concorrencial.
(grifo nosso)

Do acima referido insurge clarividente a **NULIDADE DAS DECISÕES EXARADAS NO ÂMBITO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ENFITADA.**



Restou evidenciado que as empresas vencedoras A TODA EVIDÊNCIA, FORAM ESCOLHIDAS DE FORMA COMPLETAMENTE ESPÚRIA DE ACORDO COM OS INTERESSES DO GRUPO FILIADO AO ESCRITÓRIO GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK.

Explicitou-se de forma clara e cristalina que HOUVE FRAUDE NA CONCORRÊNCIA, provocando graves prejuízos a administração pública e à sociedade, visto que as empresas que se sagraram vencedoras ofereceram o valor máximo da tarifa.

V – DA DECISÃO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELA ABRADec – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR MEIO AMBIENTE E CIDADANIA, QUE SUSPENDEU TODOS OS CONTRATOS REFERENTES A CONCORRÊNCIA 01/2011 PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL:

E ainda mais ampla, foi a decisão proferida na Ação Civil Pública nº 2013.01.1.137964-2, proposta pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Cidadania, a qual foi fundamentada nos seguintes termos:

Insta esclarecer, inicialmente, que nos estritos termos do artigo 1º, inc. IV, da Lei nº 7347/85, e previsão no art. 129, inc. III, da Constituição Federal, a Ação Civil Pública é o instrumento jurisdicional utilizável com o intuito de evitar danos ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico ou paisagístico, ou outros interesses difusos relevantes, bem como para promover a responsabilização daqueles que tenham causado lesão a esses mesmo bens.

Da mesma forma, convém sublinhar que os artigos 110 e 117 da Lei nº 8078/90 alteraram a Lei nº 7347/1985, acrescentando, ao rol das possibilidades do remédio jurídico manejado pelo autor, repise-se, a defesa de "qualquer outro interesse coletivo ou difuso" (art. 1º, inc. IV), o que mereceu também explícita previsão no art. 6º, inc. VII, alíneas a e d, da Lei Complementar nº 75/1993.



Sem discurrir à exaustão acerca de conceitos que já estão cristalizados na doutrina e jurisprudência pátrias, deve-se neste momento apenas indicar que o artigo 81 da Lei nº 8078/90 tratou de conceituar *interesses difusos* como os "transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato" (inc. I). *Interesses coletivos*, por outro lado, são aqueles "transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base" (inc. II).

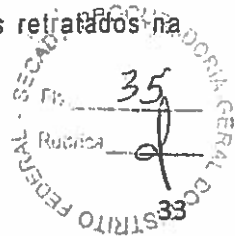
A pretensão sintetizada na inicial contém projeções concernentes à tutela de interesses difusos, na medida em que almeja o controle de atos praticados na esfera administrativa do réu à luz dos princípios da legalidade e da moralidade.

Em sua causa de pedir, autora aponta as seguintes ilicitudes que produzem efeito invalidante:

- 1) a participação ativa de advogado particular estranho à Comissão Especial de Licitação no julgamento das habilitações, respostas a recursos e julgamento das propostas financeiras;
- 2) afronta ao item 16.1.2, letras "g" e "h", do Edital da Concorrência nº 01/2011 - ST/DF, em razão da habilitação e contratação de sociedades empresárias que compõem o mesmo grupo econômico;
- 3) favorecimento da empresa Auto Viação Marechal Ltda e das integrantes do grupo "Constantino" no processo de habilitação das licitantes.

No caso em deslinde, a liminar requerida deve ser deferida a fim de suspender os efeitos dos negócios jurídicos celebrados pela Administração Pública com as sociedades empresárias Viação Piracicabana Ltda e Viação Pioneira Ltda, em virtude de infringência à regra contida no art. 13, inc. II da Lei nº 9784/1999, sendo de se investigar no caso em exame, no curso dos presente autos: 1) a participação do Advogado, Sr. Sacha Brekwfeld Reck na produção de atos administrativos da alçada exclusiva dos agentes da Administração Pública legalmente investidos para essa finalidade; 2) a participação de sociedades empresárias pertencentes a um mesmo grupo econômico, frustrando o caráter competitivo do certame e 3) o pretense favorecimento da sociedade empresária Viação Marechal Ltda e das integrantes do "Grupo Constantino".

Os elementos constantes nos autos são suficientemente claros a respeito da existência de vícios de forma na consecução dos atos retratados na



petição inicial, ocasionando assim a incidência da regra contida no art. 2º, letra "b", da Lei nº 4747/1965, o que gerou, por parte da ABRADÉC o justo receio de que tenha havido indevido direcionamento do certame licitatório para beneficiar as sociedades empresárias pertencentes ao "Grupo Constantino". Os elementos probatórios coligidos aos autos são suficientemente claros para a finalidade de autorizar a concessão da liminar pleiteada.

Por essas razões, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7347/1985, e, por visualizar a presença da relevância dos fundamentos do pedido, bem como do perigo da demora, defiro a liminar vindicada a fim de suspender a execução dos contratos firmados pelo réu, submetidos aos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011 - ST, nos moldes dos itens "a" a "c" do pedido (fls. 46-47), ressaltando que o réu e seus prepostos incorrerão em multa pecuniária (art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC) no montante diário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o caso de descumprimento ao preceito, sem prejuízo das cominações para o caso de desobediência, prevaricação, ou improbidade administrativa - artigos 4º e 11, inc. II, da Lei nº 8429/92 - ou crime de responsabilidade - art. 4º c/c artigos 12 e 74 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Desde já e *ad cautelam*, extraia-se cópia dos presentes autos, remetendo-os ao Ministério Público, para que, se, assim entender, examine a questão à luz do art. 10, inc. VIII e art. 11, ambos da Lei nº 8429/1992.

Extrai-se de ambas as decisões, que as fraudes ocorridas na licitação para Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, saltam aos olhos e são visíveis de plano, sendo inúmeras situações as quais condenam a licitação e podem ensejar sua INVALIDAÇÃO.

Ocorre Exa., que mesmo já tendo a Justiça do Distrito Federal, determinado a suspensão dos contratos oriundos da Concorrência Pública 001/2011, promovida pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal, as empresas vencedoras, permanecem a beneficiar-se de tal fraude, e têm obtido financiamentos perante o BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com taxas subsidiadas pelo poder Público, visando a aquisição de novos veículos, uma vez que estariam vinculados à prestação do serviço público.



Tratam-se de aproximadamente 3.000 (três mil) novos ônibus os quais pretendem adquirir.

Considerando que o valor aproximado de cada ônibus hoje, custa em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), estamos a falar em financiamentos no montante aproximado de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), subsidiados pelo poder público para beneficiarem empresas que fraudaram uma licitação e encontram-se na iminência de concretizarem seus financiamentos, ainda que estejam sob o forte risco de terem seus contratos anulados.

Assim, caso tais empresas venham a obter tais financiamentos, e ao que tudo indica, tenham seus contratos anulados, por nítidas fraudes ocorridas nas licitações, estará seriamente comprometida a segurança do reembolso, uma vez que tais veículos não irão operar no transporte público do Distrito Federal, e ficarão parados nas garagens das empresas, o que não proporcionarão condições de adimplemento das parcelas dos financiamentos.

Além do que, importa salientar que apenas devem ser diferidas condições especiais de financiamentos para as empresas que efetivamente virão a ser prestadoras do serviço público, sendo este o motivo dos subsídios oferecidos pelo Governo. **O que no presente caso, encontra-se gravemente ameaçado de serem anulados os contratos e tais empresas não virem a operar.**

Outro fator não menos importante, cuida-se da total impropriedade do Governo vir a beneficiar empresas que obtiveram contratos por meios fraudulentos, devendo neste caso o BNDES agir com precaução.

Assim, destina-se a presente Ação, a evitar que empresas que já fraudaram uma licitação para obterem contratos SUPERFATURADOS, venham a causar maiores prejuízos à toda a população, utilizando-se ainda de dinheiro público, para

ESTADO DO DISTRITO FEDERAL
GOV. DO DISTRITO FEDERAL
FEB. 37
RUBRICA

adquirirem veículos, e caso todos os graves indícios se confirmem, os contratos sejam anulados, e as empresas já tenham adquirido os veículos.

V – DA REPERCUSSÃO DAS DECISÕES NA IMPRENSA NACIONAL:

Revista VEJA:

veja

Brasil

27 de Setembro de 2013

Transportes

Justiça suspende licitação bilionária conduzida pelo governo do DF

Juiz concluiu que há uma série de indícios de fraudes na Secretaria de Transportes; negócio deve render quase 10 bilhões de reais aos empresários do setor

Por Hugo Marques, de Brasília



A Justiça de Brasília suspendeu licitação bilionária conduzida pelo governo petista Agnello Queiroz. (Elisa Fuzza/AGÊNCIA BRASIL/Divulgação)

A Justiça de Brasília suspendeu uma licitação bilionária para substituir as empresas de ônibus que controlam todo o transporte do Distrito Federal (DF), conduzida pelo governo petista Agnello Queiroz. O juiz de direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do DF, Mário Henrique Silveira de Almeida, mandou suspender, em decisão liminar, o contrato administrativo da Bacia 1, cuja vencedora foi a Viação Piracicabana, e o contrato administrativo da Bacia 4, que beneficiou a Viação Marechal. As ações serviam para favorecer o fundador da companhia aérea Gol e dono de grupo de transportes coletivos, Nenê Constantino. A sentença foi proferida nessa quinta-feira, 26.

O juiz concluiu que há uma série de indícios de fraudes na licitação conduzida pela Secretaria de Transportes do DF. Ao todo, foram licitadas cinco bacias, com a previsão de troca de toda a frota de ônibus. O negócio deve render aos empresários do setor quase 10 bilhões de reais em dez anos.

O juiz proferiu sua decisão em grande parte com base na participação do escritório dos advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck na licitação. A atividade de consultoria do escritório na licitação, diz o juiz, "ultrapassou a função de mera consultoria, atuando como efetivos julgadores dos atos relacionados ao processo licitatório". O juiz concluiu que o advogado Sacha Reck participou na elaboração da ata de apresentação dos envelopes, "o que é bastante estranho", diz o magistrado, "tendo em vista que a realização dos atos de registro e averbação são competência exclusiva da Comissão de Licitação".

Leia também:

Valec será substituída por nova estatal, diz ministro
Radar On-line: Concorrência milionária

Na decisão, o magistrado registrou que membros da Comissão de Licitação sentiam-se constrangidos com a atuação de Sacha Reck, já que tal escritório definia previamente o conteúdo das decisões administrativas da Comissão. O magistrado aponta a semelhança das fraudes cometidas na licitação do DF com a licitação do transporte no Paraná, que descrevem roteiros parecidos de irregularidades. Sacha Reck atuou em ambas as licitações.

38
PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

não foi notificada da decisão. Informou que qualquer pronunciamento deverá ser feito pela Procuradoria Geral do DF.

A assessoria disse ainda que a Viação Piracicabana e Viação Marechal ainda não estão operando no sistema de transporte público do DF. Informou que o início previsto para as operações é em outubro, no caso da Viação Marechal, e dezembro para a Viação Piracicabana.

A Viação Piracicabana ganhou a licitação para operar a bacía 1, que inclui Plano Piloto, Sobradinho 1 e 2, Planaltina, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. Se a decisão da justiça for mantida, a Viação Marechal não poderá operar na bacía 4, que prevê operações em parte de Taguatinga, Ceilândia e do Park Way, além de todo o Guará e Águas Claras.

VI – DO DIREITO

Nos termos da narrativa supra, a qual traz elementos suficientes para comprovar a ocorrência de provas incontestáveis de fraudes na Licitação de Transporte Público Coletivo do DF, fraudes que já ensejaram a suspensão dos contratos das empresas vencedoras conforme determinado pelos JUÍZOS DA 1ª E 2ª VARAS DE FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, e ainda, a investigação e pedido de suspensão do MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF (MPDFT) e o pedido de Anulação da Licitação por comprovado SUPERFATURAMENTO DAS TARIFAS por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DF (MPCDFT) (decisões anexas).

Ocorre que, mesmo diante de deflagradas fraudes, as empresas que adotaram tais condutas fraudulentas para burlar as licitações, estão agora tentando fraudar o sistema de financiamentos do BNDES, para obterem financiamentos para aquisição de cerca de 3.000 (três mil) novos ônibus, amparadas em contratos que estão sendo investigados pelo Poder Público com graves indícios de fraude, e que estão na iminência de serem anulados a qualquer momento.

O Art. 10º do Estatuto do BNDES normatiza alguns requisitos indispensáveis para a obtenção de financiamentos subsidiados pelo Banco, nos seguintes termos:

Art. 10 Para a concessão de colaboração financeira, ou nos investimentos de caráter assistencial, o BNDES procederá:

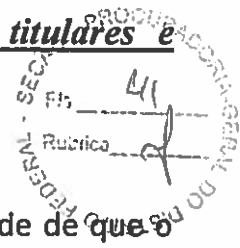
I - ao exame técnico e econômico-financeiro do projeto;

II - à verificação da segurança do reembolso, exceto nos casos de colaboração financeira que, por sua natureza, envolva a aceitação de riscos naturais ou não esteja sujeita a reembolso, na forma dos incisos II e III do artigo 9º;

III - à análise dos programas e projetos dos investimentos de caráter assistencial a que se refere o art. 1º, do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982; e

IV - à apuração da eventual existência de restrições à idoneidade da empresa postulante e à de seus titulares e administradores, a critério do Banco.

Da leitura do dispositivo acima transcrito, resta indiscutível a necessidade de que o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, suspenda os requerimentos e/ou contratos de financiamentos celebrados com as empresas vencedoras da Concorrência Pública ST – DF 001/2011 pelos seguintes motivos: a) seja porque diante das já comprovadas fraudes ocorridas na licitação, e da determinação de Suspensão dos Contratos pelos juízos da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, os contratos celebrados podem vir a ser anulados ao final da Ação, o que causará graves prejuízos ao BNDES e pode comprometer a segurança do reembolso insculpida no inciso II do dispositivo legal acima transcrito, ou, b) seja porque cabe ao BNDES como detentor dos Recursos para financiamento de atividades ligadas ao desenvolvimento do país, “a apuração de eventual existência de restrições à idoneidade da empresa postulante”, sendo que no presente caso, as empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011 tem sido investigadas, por diversos Órgãos de Controle, sendo que nas investigações mais avançadas como é o caso da que tramita no Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal e Territórios já requereu a Anulação da licitação e consequentemente dos contratos, por fraudes que afastaram a competitividade do certame licitatório e deram espaço para contratações superfaturadas, fruto de



fraudes engendradas pelas empresas que contaram com a atuação de um Escritório de Advogados particular que na verdade conduziu toda a licitação.

Questão muito semelhante, já foi objeto de julgamento por este Colendo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 314703520104010000/MT, o qual nos trouxe importante lição, nos seguintes termos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE BANCO DO BRASIL S.A. E ESTADO DE MATO GROSSO COM RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. LEGITIMIDADE DO BNDES PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA AÇÃO POPULAR. 1. Dispõe o artigo 1º da Lei da Ação Popular que o objeto da anulação ou declaração de nulidade dos atos lesivos pode se referir ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, entidades autárquicas, empresas públicas etc. 2. Segundo o artigo 6º da Lei da Ação Popular serão sujeitos passivos da ação popular as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e os beneficiários diretos do mesmo. 3. A pessoa jurídica que tem o patrimônio lesado, querendo ou não, é sujeito passivo da actio popularis, porque o patrimônio não é dela, é popular, é público. 4. Sendo incontroverso o fato de que os recursos objeto do convênio com o Estado de Mato Grosso para adquirir maquinário são do BNDES, nem precisaria a sua presença no contrato para determinar a sua legitimidade passiva para a ação popular. 5. O item IV da cláusula 27ª do contrato celebrado entre o Banco do Brasil S.A e o Estado de Mato Grosso atribui ao BNDES a responsabilidade pela fiscalização dos recursos transferidos, fato que corrobora a sua condição de ré da ação popular. 6. O BNDES tem interesse jurídico e econômico na demanda por

dois motivos: a) os recursos são seus; e b) segundo o contrato, tem o dever jurídico de fiscalizar os recursos transferidos. 7. Infundada a alegação do BNDES de que a sua permanência na lide acarretará significativos custos processuais com perícias de alto valor. A sua preocupação deveria ser o de se manter na lide e, fora dela, cumprir com o seu dever jurídico, contratual e legal de fiscalizar os recursos públicos. 8. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

Assim, a presente Ação Popular, encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio, ao passo que se utilizam as Autoras na qualidade de cidadãs, do meio constitucional garantido para fiscalizar atuação de agentes públicos, objetivando a invalidação de seus atos ou contratos administrativos que venham a lesionar o patrimônio público, no caso, a concessão de financiamentos de linhas de crédito do BNDES para custearem a aquisição de novos veículos pelas empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011 ST-DF, que favoreceram-se de fraudes já devidamente comprovadas nos autos das Ações Popular e Civil Pública em trâmite perante a 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, onde se buscam a anulação dos contratos de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.



VII – DA OPORTUNIDADE AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, VIR A INTEGRAR O POLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA A FIM DE APURAR AS DENÚNCIAS FORMULADAS:

Considerando a gravidade das denúncias de fraudes ocorridas na licitação para obtenção de contratos de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano do Distrito Federal, os quais acredita-se que as empresas tem ainda buscado

utilizando-se de LINHAS DE CRÉDITO DO BNDES para custearam contratos obtidos de forma fraudulenta, que encontram-se na iminência de serem anulados, já que a licitação que os originou foi conduzida na contramão da legalidade e da moralidade, e afastou a população de alcançar melhores preços de tarifas para o transporte público.

O perigo da demora, justifica-se ainda, pela total impossibilidade de permitir que as empresas vencedoras da licitação, e que tiveram seus contratos SUSPENSOS por decisão liminar dos juízos da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, obtenham financiamentos subsidiados pelo poder público para aquisição de veículos que ao que tudo indicam, não virão a operar no Distrito Federal, considerando as Ações Judiciais que buscam sua ANULAÇÃO.

Assim, não pode o poder Público, ser financiador para a concretização de uma fraude, devendo serem divulgados os dados acerca de possíveis contratos de financiamentos, celebrados entre o BNDES ou qualquer Entidade Financeira que tenha agido utilizando-se de linha de crédito/financiamento do Sistema BNDES a fim de beneficiar alguma das empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011.

Outro fundamento não menos importante, encontra-se presente nos riscos desnecessários, aos quais o BNDES será exposto, caso venha a firmar financiamentos e que haja o repasse de valores à tais empresas, que num momento posterior, caso venham a ser anulados os contratos, estarão de posse dos novos veículos e não virão a operar no Distrito Federal, colocando em risco o reembolso do financiamento.

E somado a todos estes argumentos, estará o fato de que, caso tais empresas, adquiram e faturem os veículos amparada em financiamentos com taxas muito melhores que as vigentes no mercado, subsidiados por benefícios do poder público, destinados exclusivamente a empresas que operem na prestação do serviço público, e que os contratos de concessão venham a ser anulados, as empresas em posse dos

veículos estarão beneficiadas das fraudes cometidas. Estaria-se deste modo incentivando a prática de fraude em licitação, pois os benefícios seriam muito maiores, em detrimento das necessidades da população.

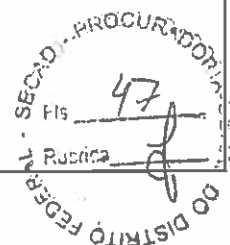
IX – RESUMO

Existe uma fraude sem precedentes ocorrendo no Distrito Federal, na licitação de Transporte Coletivo.

O GDF na figura da Secretaria de Transportes, um escritório de advocacia, que participou da elaboração do edital e, depois participou na fase da licitação sem contrato e ainda participou advogando para as empresas que ganharam e promoveu inúmeros atos de favorecimento. Estão usando todos os expedientes, inclusive os nada ortodoxos, para fazer valer uma licitação absolutamente viciada, não obstante muito lucrativa para as empresas fraudadoras já que superfaturada, com Lucros, taxa de retorno próximo de 50%.

Já que tentam consolidar um negócio fraudulento e superfaturado, alegando a supremacia do interesse público, a teoria do caos... Que esses empresários usem então seus próprios recursos e não utilizem dinheiro público subsidiado através do BNDES.

O Estado bancar uma fraude desta natureza e magnitude é um precedente perigosíssimo para a segurança jurídica do País, estaríamos praticamente abrindo as portas das instituições financeiras, que a despeito de leis e exigências rígidas, estariam a serviço de financiar fraudes, improbidades e crimes, com subsídio público.



X – DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer respeitosamente a Vossa Excelência:

- a) Que, no caso de V. Exa., entender necessário, antes de julgar o pedido de liminar, seja determinado ao **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, bem como à **AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME**, que prestem as informações acerca da existência de quaisquer contratos de financiamentos celebrados por qualquer Instituição ou Agente Financeiro, utilizando-se de qualquer linha de crédito, serviços ou produtos do Sistema BNDES, em favor das empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011 ST-DF, arroladas nesta inicial, conforme faculdade prevista no art. 7º, I, “b” da Lei 4.717/65¹.
- b) Que seja concedida a liminar, visando suspender eventuais financiamentos em favor das empresas vencedoras da licitação arroladas como parte na presente ação, considerando que por força de liminar concedida nas Ações em trâmite perante os juízos da 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, os contratos originados da Concorrência Pública 001/2011 ST-DF, foram suspensos e encontram-se com grande probabilidade de serem anulados por vícios insanáveis que comprometeram a lisura da licitação, e consequentemente a anulação dos contratos, em conformidade com o que preceitua o §2º do art. 49 da Lei 8.666/93², sendo que caso os financiamentos sejam concretizados poderão ser causados prejuízos irreparáveis aos cofres públicos bem como a toda a população.

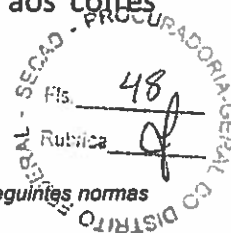
¹ Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas:

I - Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

b) a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 6º), bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, ficando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.

² § 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.



- c) a citação dos Réus, para, querendo, apresentar resposta, no prazo comum de 20 (vinte) dias, sob pena de revelia;
- d) a intimação do d. Representante do Ministério Público Federal;
- e) no mérito, o julgamento procedente da presente ação, confirmando-se a liminar deferida, com o fito de anular qualquer financiamento celebrado entre as empresas arroladas nesta inicial, declaradas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011 ST-DF, que utilizem-se de linhas de crédito, produtos ou serviços oferecidos pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – BNDES.
- f) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a oitiva dos representantes legais dos Réus, o depoimento de testemunhas, a elaboração de perícias e a juntada de novos documentos;
- g) A condenação da parte ré, nos ônus da sucumbência, notadamente honorários advocatícios.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.


DOUGLAS ELIAS DIB

OAB/GO 26.241





Cbpm

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.



PROCESSO N.º 62974-39.2013.4.01.3400

AUTOR: ELIETE MARIA DE SOUZA E REGINA CELINA MONTEIRO

RÉU: DISTRITO FEDERAL E OUTROS

SEÇÃO DE PROTOCOLO-MACAU
JUSTIÇA FEDERAL DF -15-Jan-2014-09:52-001310-004

O **DISTRITO FEDERAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Popular em epígrafe, vem

CONTESTAÇÃO.

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.



1. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

A Ação Popular em apreço visa anular contratos de financiamento que utilizem linhas de crédito oriundas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou FINAME eventualmente concedidos às concessionárias de transporte público coletivo, decorrentes da Concorrência n.º 1/2011 - ST.

Sustentam as Autoras que os juízos da 1ª. e da 2ª. Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal já concederam decisão liminar determinando a suspensão de todos os contratos celebrados com esteio na Concorrência n.º 1/2011-ST, pelo que deveria ser determinado ao BNDES que suspendesse toda e qualquer tratativa de financiamento.

Arguem as Autoras que já moveram Ação Popular, em que teria sido determinada a suspensão dos contratos de concessão originados da Concorrência n.º 1/2011 - ST. Ação, esta, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Relatam as Autoras as irregularidades que teriam ocorrido na Licitação em tela, sustentando, em síntese, que: a) as fraudes teriam se iniciado com a atuação de um escritório particular, Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados; b) o Edital teria sido elaborado pela LOGITRANS cujo proprietário é pai de Sacha Reck; c) essa mesma fraude foi praticada no Paraná, em que se determinou o bloqueio de bens; d) a fraude estaria sendo investigada pelo Ministério Público de Contas, pelo CADE, pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Polícia Federal; e e) ocorreu oligopólio, pois duas empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico teriam sido vencedoras. Citam, ainda, notícias jornalísticas, em sua maioria do Jornal de Brasília.

Por fim, as Autoras requerem a suspensão de eventuais financiamentos em favor das empresas vencedoras da Concorrência n.º 1/2011 - ST, arroladas como parte na presente Ação Popular. Motivam o pedido nas liminares concedidas nas Ações em trâmite perante os juízos da 1ª. e 2ª. Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, segundo as quais os contratos de concessão originados da Concorrência n.º 1/2011 - ST estariam suspensos.



Imperioso registrar que as liminares que as Autoras utilizam como amparo na presente demanda encontram-se suspensas por decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, nos autos dos Pedidos de Suspensão de Liminar n.ºs. 2013 00 2 023928-3 e n.º. 2013 00 2 024163-0.

Ademais, configura-se *in casu* litispendência, pois o pedido formulado nestes autos já foi realizado também nos Autos da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Feitos esses breves relatos, passar-se-á a tecer as seguintes considerações preliminares:

2. DAS PRELIMINARES



2.1 LITISPENDÊNCIA DESTA DEMANDA COM A DOS AUTOS DA AÇÃO POPULAR Nº 2013.01.1.092892-0, EM TRÂMITE NA 1ª. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – INCLUSÃO EQUIVOCADA DE ENTES FEDERAIS NO POLO PASSIVO

Antes de se adentrar no mérito, será demonstrado que a presente Ação Popular deverá ser extinta sem resolução de mérito.

Consoante mencionado na exordial (pág. 05), as Autoras Populares ingressaram com a Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Naquela demanda, autuada em 1º de julho de 2013, as Autoras Populares requereram a suspensão da Concorrência n.º 1/2011-ST, bem como **"de eventuais financiamentos ou quaisquer desdobramentos destes, originados na Concorrência Pública 001/2011, promovida pela Secretaria de Transportes do Governo do Distrito Federal, até que sejam**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

apuradas as graves irregularidades que comprometeram a lisura do certame (...)". No mérito requereram a confirmação da medida liminar.

Na presente Ação Popular, proposta em 25 de outubro de 2013, na qual incluíram no polo passivo, além do Distrito Federal e empresas interessadas, a União, o BNDES e o BACEN, **formularam pleito idêntico, no que diz respeito à suspensão dos financiamentos**, vejamos:

93

"b) Que seja concedida a liminar, visando suspender eventuais financiamentos em favor das empresas vencedoras da licitação arroladas como parte na presente ação, considerando que por força da liminar concedidas nas Ações em trâmite perante os juízos da 1ª. e da 2ª. Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal, os contratos originários da Concorrência Pública 01/2011 ST-DF foram suspensos e encontram-se com grande possibilidade de serem anulados por vícios insanáveis (...).

e) no mérito, o julgamento procedente da ação, confirmando-se liminar deferida, com o fito de anular qualquer financiamento celebrado entre as empresas arroladas na inicial, declaradas vencedoras da Concorrência (...)".

Resta evidenciado que o pedido da primeira Ação Popular abarca o pleito da segunda (de suspensão dos financiamentos).

Além disso, a causa de pedir das duas demandas é idêntica – supostas irregularidades na Concorrência nº. 1/2011-ST, **o que inclusive é expressamente admitido pelas Requerentes, as quais formulam o pedido de suspensão e anulação de financiamentos com fundamento nas liminares proferidas pelas Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal.**



Assim, em que pese tenham as Autoras incluído no polo passivo entes que atraem a competência da Justiça Federal (União, BNDES e BACEN), o **fato é que a lide gira em torno da legalidade de atos praticados pelo Distrito Federal, no âmbito da Concorrência n.º 1/2011 - ST, promovida por este.**

Eventual suspensão de financiamentos, já postulada na primeira Ação Popular, é pedido que deve ser apreciado e ficar adstrito ao juízo que está julgando a legalidade da citada Concorrência (1ª. Vara da Fazenda Pública do TJDF). Tal suspensão de financiamentos, acaso deferida, representará efeito da primeira ação popular.

O Juízo competente pela primeira Ação Popular, acaso repute pela necessidade de suspensão de financiamentos firmados pelas vencedoras da Concorrência n.º 1/2011 - ST (também requeridas nesta e naquela Ação Popular), determinará tal providência, informando às instituições financeiras competentes acerca da sua decisão, sem necessidade de que esta ou aquela entidade financeira integre o polo passivo da lide, como quiseram fazer crer as Autoras.

Assim, considerando que a presente demanda configura mera repetição da Ação Popular proposta perante a 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, no que diz respeito ao pedido de suspensão de financiamentos, **configura-se litispendência.**

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero ensinam que ***"a litispendência objetiva impedir o inútil dispêndio de atividade processual e evitar julgamentos contraditórios sobre a mesma situação jurídica. Há litispendência quando se repete ação em curso (art. 301, §3º. CPC)".***¹

Portanto, com esteio no art. 267, V, CPC², impõe-se a extinção sem resolução de mérito da presente Ação Popular, sob pena de abuso do direito de ação das Requerentes e de risco de coexistência de decisões contraditórias.

¹ Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. 4a. ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais. 2011. p. 310.

² "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;"



95

2.2 AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL

Caso não se entenda pela litispendência, o que r. não se espera, não há interesse processual na presente demanda, tendo em vista que as Autoras já formularam pedido de suspensão de financiamentos nos autos da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Como a pretensão aqui buscada já foi formulada na Justiça Distrital, é desnecessária a repetição de tal pedido na Justiça Federal, notadamente porque tal medida buscada (suspensão de financiamentos) prescinde da inclusão de instituições financeiras no polo passivo da ação.

Caso a premissa adotada pelas Autoras fosse verdadeira, todas as instituições financeiras do país (possíveis financiadoras das empresas de ônibus contratadas) deveriam integrar o polo passivo da presente Ação, o que se mostra desarrazoado.

Ademais, não há nenhuma determinação legal, tampouco editalícia, que obrigue as empresas vencedoras do Certame em apreço obter financiamentos ligados ao BNDES ou ao Banco Central, tendo elas liberdade para procurar qualquer instituição financeira para, querendo, obter financiamento.

Como mencionado no tópico anterior, o Juízo competente pela primeira Ação Popular, acaso entenda pela necessidade de suspensão de financiamentos firmados pelas concessionárias (também requeridas nesta e naquela Ação Popular), determinará tal providência, informando às instituições financeiras competentes sobre sua decisão, sem necessidade de que esta ou aquela entidade financeira integre o polo passivo da lide, como quiseram fazer crer as Autoras.

Quanto ao BNDES, caso haja interesse deste em participar da Ação Popular que discute a Concorrência n.º 1/2011 -ST, o ingresso do referido ente deverá ocorrer nos autos de Ação Popular proposta na Justiça Comum, que tem por objeto a regularidade do referido Certame, sendo inútil a propositura de



nova demanda para tanto, especialmente porque o objeto desta Ação (que se resume à suspensão de financiamentos) está abarcado pelo objeto da primeira Ação Popular (n.º 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal).

Ensina Theotonio Negrão que³ *"O conceito de interesse processual (arts. 267-VI e 295-caput-III) é composto pelo binômio necessidade-adequação, refletindo aquela a indispensabilidade do ingresso em juízo para a obtenção do bem da vida pretendido e se consubstanciando esta na relação de pertinência entre a situação material que se tenciona alcançar e a processual utilizada para tanto."*

In casu, considerando a explicação de Negrão, fica evidente a ausência tanto da necessidade quanto da adequação da propositura da presente demanda, que deverá ser extinta, sem resolução do mérito, com fulcro nos artigos 3º⁴ e 267, VI⁵ do CPC.

3. DA REALIDADE DOS FATOS

Insta esclarecer que as liminares que as Autoras utilizam de fundamento para a propositura da presente Ação Popular encontram-se SUSPENSAS, por ordem do Excelentíssimo Presidente do TJDF, desde 3 e 4 de outubro de 2013, respectivamente, conforme andamento e decisões, em anexo.

As Autoras tiveram ciência inequívoca da decisão que suspendeu a liminar deferida na Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, na data de 9 de outubro de 2013, tendo, inclusive, interposto Agravo Regimental, ao qual foi negado provimento pelo Órgão Especial do TJDF.

³ NEGRAO, Theotonio, Código de Processo Civil: e legislação processual em vigor. 42 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 102.

⁴ Art. 3º Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

⁵ Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;



Assim decidiu o TJDFT a respeito da pretensão das Autoras Populares:

"O DISTRITO FEDERAL requer, por meio da petição de fls. 2/21, com fundamento no artigo 4º da Lei 8.437/1992, a suspensão de execução de medida liminar deferida pelo ilustre Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos da Ação Popular 2013.01.1.092892-0, que determinou a suspensão de dois contratos administrativos de concessão de serviços de transporte público coletivo, assinados após regular tramitação do procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF. Narra que a referida ação popular (fls. 24/29 e 49/62) foi proposta por ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO contra o DISTRITO FEDERAL, onde apontaram irregularidades no processo licitatório epígrafado, com suporte em diversas reportagens de jornal (fls. 30/48), no sentido de que a competitividade e a moralidade públicas foram violadas. Acrescenta que, segundo as autoras, tais violações decorreram do fato de o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, quando prestaram consultoria jurídica à Comissão Licitante, supostamente favoreceram as empresas VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO MARECHAL, vencedoras, respectivamente, das bacias 1 e 4. (...) Estabelecidas tais premissas, saliente-se que o DISTRITO FEDERAL trouxe à colação questões fáticas e jurídicas envolvidas na ação popular e demonstrou a efetiva lesão à ordem e à economia públicas. Destaque-se que eventual error in iudicando praticado pelo juízo monocrático será apreciado no seu leito natural, que é a via recursal adequada para o exame de questões de fundo envolvidas na lide. As Cortes Superiores já decidiram que não cabe, em sede de suspensão de segurança, examinar o acerto ou desacerto da decisão



judicial combatida, porque esse foco reclama o enfrentamento do mérito da lide principal, de caráter eminentemente jurídico. Portanto, a suspensão de segurança se limita à análise da potencialidade lesiva da decisão, (...) Com o novo sistema de transporte público, será adotada a modalidade denominada troco-alimentador, onde o espaço geográfico do DF foi dividido em 5 (cinco) bacias ou lotes. Ora, de acordo com a tutela antecipada pelo juízo fazendário, os contratos administrativos das bacias 1 e 4 não foram apenas suspensos, mas o processo licitatório respectivo retornou à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas. Observe-se que a decisão interlocutória registrou que, se as VIAÇÕES PIRACICABANA e MARECHAL estiverem operando o sistema público de transporte, estas poderão dar continuidade pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da decisão, e, vencido esse lapso temporal, a exploração retornará à situação anterior à assinatura dos contratos suspensos. Considerando que as cinco bacias foram concebidas para se interligarem, e por isso o sistema é denominado de tronco-alimentador, onde cada uma das bacias alimenta as demais, as linhas que servem as cidades-satélites e o plano piloto estarão conectadas a partir dos terminais de integração. (...) Considerando que a lógica do sistema foi concebida para permitir que os serviços sejam compartilhados entre lotes ou bacias, a paralisação dessas 2 (duas) bacias impedirá que as outras 3 (três) se concretizem. É inegável que a suspensão dos contratos e o retorno da licitação à fase de habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas irá contrariar a expectativa de toda a sociedade local, que deseja urgentemente a melhoria no transporte público. (...) Trilhar caminho diverso significa evitar grave dano à ordem pública, garantindo-se à sociedade do Distrito Federal a prestação de um serviço de transporte público eficiente e seguro, evitando-se, inclusive, a paralisia de serviço essencial. Indiscutível também é a grave lesão à economia pública, porquanto a licitação abrange a aplicação de vultosos recursos públicos e privados,



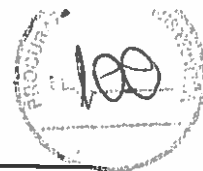
e o descompasso no processo licitatório poderá desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na capital federal. Importa repisar que esta Presidência não está a avaliar a correção ou equívoco da decisão, mas sua potencialidade de lesão aos interesses superiores supracitados. Assim, esta via mostra-se inadequada para a análise da legalidade na contratação do advogado SACHA RECK e de todos os outros aspectos a ela relacionados. Diante do exposto, reputando presentes os requisitos legalmente exigidos, DEFIRO a suspensão pleiteada. Oficie-se ao Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 03 de outubro de 2013. (a) Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios". (Pedido de Suspensão de Liminar n. 2013 00 2 023928-3).

Verifica-se que as Autoras, **em que pese tivessem ciência inequívoca de que as liminares em questão já não mais produziam efeitos**, tentaram induzir esse Juízo a equívoco, alterando a verdade dos fatos, **em evidente má-fé**.

Não bastasse isso, encontram-se em plena operação os serviços de todas as concessionárias vitoriosas do certame. Dessa forma, a pretendida suspensão de financiamentos, caso deferida, colocaria em risco um serviço público essencial, o que não se admite.

É de se observar, ainda, que as Autoras fundamentam suas alegações em matérias jornalísticas, as quais são desprovidas de conteúdo probatório.

Feitos tais esclarecimentos iniciais, passa-se-á a demonstrar a regularidade da Concorrência n.º 1/2011 - ST combatida pelas Autoras.



**a. DOS ATOS QUE PRECEDERAM A CONCORRÊNCIA Nº.
1/2011-ST**

Preliminarmente, cumpre rememorar que o Governo do Distrito Federal - GDF, após determinação judicial extraída dos autos de Ação Civil Pública nº. 2001.01.1.010242-8, teve a missão de realizar o procedimento licitatório para a regularização e modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Em que pese à existência de um edital de licitação embrionário da Concorrência Pública nº. 01/2011, visando à realização do certame, publicado no ano de 2011, tal instrumento convocatório foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, por diversas inconsistências.

Assim, afigurou-se imprescindível a reconstrução do referido instrumento, não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das permissões existentes, como determinado pelo Poder Judiciário, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos usuários, como demandou o TCDF.

Diante disso, pautando por atender à coletividade, cumprir as competências precípua da Pasta e aderir ao Princípio da Economicidade, foram utilizados instrumentos já em emprego na Secretaria, iniciados na gestão anterior, com as adequações necessárias, sempre primando pela celeridade e eficiência na resolução das demandas do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Uma dessas ferramentas refere-se ao Convênio - Cooperação Técnica ANT/OC-11243-BR - firmado em 2009 entre o Distrito Federal - na oportunidade, denominado Beneficiário - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Administrador do Fundo para a preparação de Projetos de Infraestrutura (InfraFundo), destinado a formalizar termos e condições para a concessão de uma Cooperação Técnica não-reembolsável ao Beneficiário, ao visio de apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF. (Anexo)



O Beneficiário (DF), por meio da Secretaria de Transportes, acordou que o BID utilizaria os recursos disponibilizados para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação supracitada.

Ajustou-se, ainda, que o Distrito Federal deveria aportar recursos como contrapartida, estimada, naquela ocasião, em US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), dos quais US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares americanos) deveriam ser destinados a pagamentos de consultores. Também restou compromissado que tal estimativa não reduziria a "obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa".

Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência - Anexo e Proposta da empresa - Anexo), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transportes Ltda. foi contratado mediante o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, **firmado com o BID**, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. (Anexo)

A par disso, frise-se que fora identificada a oportunidade de se utilizar da Cooperação Técnica, com ajustes demandados por esta Pasta, para a efetivação dos fins colimados pelo PTU para o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal como um todo. Nesse sentido, foram realizados os enquadramentos do Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR à nova realidade, conforme pode ser observado por meio das tratativas realizadas junto ao BID nos Ofícios nº 723/2011-GAB/ST e nº 1072/2011-GAB/ST. (Anexo - Ofícios e Anexo - Proposta da empresa enviada ao BID)

Ato contínuo, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o Consórcio LOGIT-LOGITRANS, que abarcou, dentre outros produtos, a versão preliminar do Edital de Concessão, do



Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência Pública nº. 001/2011 - ST (Minutas), nos termos previstos na Cláusula Quarta, alínea "e". (Anexo)

Em março de 2012, com a conclusão da fase interna do processo licitatório da Concorrência nº 001/2011 - ST, exauriu-se o objeto da Cooperação Técnica, dentro do Contrato ATN/OC-11243-BR, naquilo que envolvia os compromissos assumidos pelo BID na referida Cooperação. Remanesceram, todavia, as demais atividades listadas no Anexo 2 do Termo Aditivo à Cooperação Técnica, sob responsabilidade do Distrito Federal, a título da contrapartida já mencionada.

Assim, em face das demandas técnico-jurídicas que emergiriam na fase externa do certame, sobreveio a necessidade de se dar continuidade com os trabalhos, visando o suporte na emissão de pareceres e orientações técnicas à Secretaria, mormente quanto aos pedidos de esclarecimentos, impugnações administrativas, bem como sob os aspectos técnicos e financeiros envolvendo o Edital de licitação e o julgamento do certame, intercorrências essas previsíveis em qualquer pleito dessa natureza.

No que pertine às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT- Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídica especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do advogado Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATN/OC-11243-BR.

Como é de se observar, portanto, demonstrou-se razoável a continuidade das mencionadas consultorias, para auxílio técnico à implementação do novo modelo de STPC/DF, consultorias essas levadas a efeito no âmbito do Programa de Transporte Urbano - PTU, cujo Órgão Financeiro



Internacional – BID é a principal fonte dos recursos de seu custeio e possui normas e procedimentos próprios.

Deve-se realçar que o PTU, já em andamento quando da celebração da Cooperação Técnica em tela, é objeto do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado pelo Distrito Federal com o BID em 30.1.2008. No referido ajuste a Secretaria de Estado de Transportes figura como Órgão responsável por promover a execução do PTU/DF e a utilização dos recursos oriundos do financiamento.

Imperioso registrar que no **escopo do PTU, dentre os diversos projetos nele previstos, está inserida a renovação de toda a frota de ônibus do Distrito Federal, nos termos dispostos na Cláusula 4.07 (b):**

CLÁUSULA 4.07.(...).

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução N° 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

Dentro do contrato do PTU, restou também estabelecido como obrigação do Distrito Federal, a exigência de se **proceder à contratação de Consultoria a fim de prestar apoio ao Gerenciamento do Programa,** conforme disposições insertas nas Cláusulas 3.02 e 3.02, alínea (b), do Capítulo III; 4.07 do Capítulo IV; 4.02, V, Anexo A do PTU. Referidas Cláusulas assim rezam: (Anexo)



Capítulo III – Desembolsos

(...)

Cláusula 3.02. – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

(...)

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordado com o Banco.

(...)

Capítulo IV – Execução do Programa

Clausula 4.07. Condições especiais de execução. (a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, (...).

Cláusula 4.02, V, Anexo A - A UGP coordenará suas atividades dispensando especial atenção a quatro áreas:
(...) (d) (...) A execução do Programa terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão: (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive apoio à supervisão dos processos licitatórios, (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para avaliação do programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referencia e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na aquisição de bens e serviços; (v)



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa".

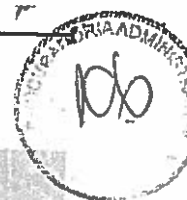
105

Objetivando atender às condições expressas nesse Contrato de Empréstimo, após o devido procedimento de seleção - SDP Nº 001/2008/PTU, foi firmado o Contrato nº 25/2008-ST, entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no exercício de 2008, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - SAG/PTU/DF. (Anexo)

A Cláusula 3.7 do Contrato nº 25/2008-ST tratou de instituir as atividades da Empresa Consultora que requerem aprovação prévia do Contratante (GDF). Dentre elas está a questão de contratação de subconsultorias:

3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante	<p>A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:</p> <p>(a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;</p> <p>(b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços; se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços;</p> <p>(c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC.</p>
--	---

Nesse diapasão, a Cláusula 4.1 institui como obrigação da Gerenciadora a contratação de subconsultores com nível de competência e experiência necessárias para prestar os serviços. Cabe ao Contratante examinar e aprovar o pessoal disponibilizado pela Contratada para executar o objeto ajustado.



4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

4.1 Generalidades A Empresa Consultora contratará e fornecerá o Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.

4.3 Aprovação do Pessoal

O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currículos Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.

Assim, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (Contrato nº 25/2008-ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento (Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck e a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA).

Deve-se notar e realçar a particularidade que reveste esse ajuste, regido pelas políticas e procedimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, uma vez que pactuado dentro do Contrato de Empréstimo Internacional nº 1957/OC-BR, sujeito, portanto, às políticas de aquisição e execução daquela Entidade Financeira Multilateral.

Nesse sentido, foram observadas as normas insculpidas por aquele Organismo Internacional e pelo Contrato nº 25/2008-ST, relacionadas com os procedimentos regentes da contratação de subconsultores, consoante demonstrado nas linhas pretéritas e na documentação anexa.

b. DA VANTAJOSIDADE DAS PROPOSTAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Aduzem as Autoras que as empresas vencedoras da Concorrência nº.1/2011 - ST teriam apresentado ínfimas vantagens com relação aos preços estimados, pois todas teriam vencido o Certame com tarifas cheias.

O Edital de licitação em tela possui cláusulas integralmente voltadas à vantajosidade das propostas e à modicidade tarifária, observados os requisitos mínimos de habilitação, na forma da Lei. Tanto que optou pelo critério de julgamento exclusivamente de menor tarifa, não possuindo qualquer elemento que levasse à restrição da competitividade.

Com relação aos valores de proposta ofertados pelos licitantes, o **instrumento convocatório não vedava a proposta de tarifa equivalente ao valor máximo, obstando apenas que a tarifa proposta pelos licitantes superasse o valor máximo, o que não ocorreu *in casu*.**

Fixados os parâmetros máximos pelo Edital de Licitação e adotado o critério da menor tarifa, as propostas de tarifa apresentadas no Certame não são de responsabilidade do Poder Público delegante, cabendo a este apenas averiguar a exequibilidade e exigibilidade das propostas, bem como se estas respeitaram os limites impostos pelo instrumento convocatório.

Logo, se o licitante vencedor propôs menor ou maior desconto, tal fato, além de não ser atribuível ao Poder Público, não gera nenhuma ilegalidade, visto que o Edital da Licitação em análise promoveu a competitividade, pelo que cabia à Comissão de Licitação apenas averiguar o cumprimento dos critérios objetivamente fixados no Edital, como dito.

Sobre esse tema, cite-se a conclusão do parecer exarado pelo **Professor Marçal Justen Filho**, analisando a Concorrência em tela, *verbis*:

"VI.I.4. A vitória do lance mais vantajoso

88. Também não existe controvérsia relativamente às propostas vencedoras. Os critérios de julgamento previstos no ato convocatório (menor valor da tarifa) não deixavam margem a



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

dúvida. Abertos os envelopes, houve a identificação das propostas mais vantajosas.

89. Dito de outro modo, a escolha dos licitantes vencedores não refletiu qualquer preferência pessoal. Não houve interferência de qualquer pessoa para promover a vitória de um determinado licitante e produzir a derrota de outro. Com integral certeza, o julgamento não resultou de uma interferência do Dr. Sacha Breckenfeld Reck.

90. Na documentação, houve imputação de que teria ocorrido uma intervenção do referido advogado para beneficiar um dos antigos clientes do Dr. Guilherme Gonçalves. No entanto, essa argumentação não foi desenvolvida e não se indicou a atuação concreta que se configuraria como viciada.

91. A imputação é ainda menos procedente porque o julgamento de propostas observa critérios rigorosamente objetivos. É da essência de uma licitação – especialmente quando se trata, como no caso, de critério de menor tarifa – que o julgamento seja estritamente vinculado ao ato convocatório.

92. Logo, qualquer desvio praticado pela comissão de licitação na seleção da proposta mais vantajosa comportaria questionamento por vias apropriadas. O recurso administrativo e a revisão judicial assegurariam a correção de decisões subjetivas, incompatíveis com o ato convocatório.

93. No caso concreto, a decisão adotada pela comissão de licitação foi reconhecida como válida e perfeita. Logo, não há cabimento de pretender a sua invalidação por via distinta daquela expressamente prevista como adequada na legislação. Se os argumentos contrários à decisão da licitação não foram oportunamente deduzidos ou tendo ocorrido a sua rejeição, não é juridicamente cabível pleitear a desconstituição da decisão por meio da imputação de atuação defeituosa do advogado que assessorou a comissão de licitação.

94. Como se tudo não bastasse, é relevante acrescentar que a documentação evidencia que a atuação do Dr. Sacha Breckenfeld Reck envolveu apenas o assessoramento quanto ao exame formal das propostas. O conteúdo das ofertas e os seus aspectos técnicos não se



sujeitaram a exame do referido profissional, eis que envolviam temas de cunho especializado próprio."



Do exposto, o fato de as licitantes vencedoras terem apresentado ou não vantagens em relação ao valor máximo de tarifa fixada no instrumento convocatório não gera nenhuma ilegalidade, tampouco enseja a propositura de Ação Popular, tendo em vista que o Edital da Licitação promoveu a competitividade ao fixar o critério da menor tarifa e pautou-se por regras objetivas, como inclusive confirmado pelo parecer retro citado.

**c. DA INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA –
ACUSAÇÕES E NOTÍCIAS INFUNDADAS E CALUNIOSAS**

Diferentemente do que sugestionam as Requerentes, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como **mero consultor nesta Secretaria**, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão Especial de Licitação da Concorrência nº. 1/2011-ST, às opiniões emitidas por tal escritório.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades envolvidas na Concorrência nº. 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações dos pareceres técnicos.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório foi restrita à formalização de **orientações especializadas** na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo, amparada na legislação aplicável e no Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão Especial de Licitação e das autoridades desta Pasta a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos



do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas deste Órgão, cabendo exclusivamente a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal a atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame, por intermédio da elaboração das peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Registre-se que o consultor não possui poder decisório, mas, limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos decisórios da Concorrência nº. 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Pasta.

E, da própria etimologia da palavra "consultoria"⁶ extrai-se que se trata do *ato de dar consulta ou conselho*; ou ainda, *é atividade exercida por aquele que dá pareceres e trata de assuntos técnicos*. Ou seja, o consultor não possui poder decisório, mas limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo, como dito alhures, os atos decisórios da Concorrência nº. 01/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Secretaria.

O fato de a Consultoria elaborar "minutas" não lhe dá poder decisório, na medida em que a minuta nada mais é do que a *"primeira redação de um escrito, um rascunho."*⁷

A respeito do tema, o parecerista Marçal JUSTEN FILHO, assim concluiu⁸:

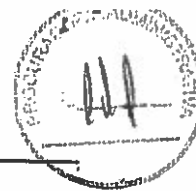
IV.2 - A ausência de competência decisória

54. É evidente que isso não importava a transferência para a Consulente ou para os advogados que a integram de alguma competência decisória formal.

⁶<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=consultoria>

⁷<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=minuta>

⁸ Fl. 10 do parecer em anexo.



55. Todas as manifestações do Dr. Sacha Breckenfeld Reck apresentavam natureza meramente consultiva. Recebendo a comunicação de algum incidente, cabia-lhe produzir uma manifestação de cunho sugestivo quanto à orientação a ser adotada. Isso podia envolver inclusive uma sugestão de redação a ser adotada para a formalização da futura decisão.

56. Não existe qualquer dúvida que tais manifestações eram avaliadas pelas autoridades investidas da competência jurídica para decidir. Na medida em que fosse verificada a juridicidade e adequação das sugestões, eram elas adotadas pela autoridade competente. Mais precisamente, a decisão da autoridade era a única a ter existência no mundo jurídico.

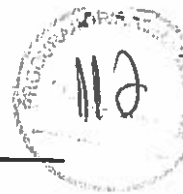
57. Pode-se fazer um paralelo muito simples com situações conhecidas no domínio jurídico. Suponha-se um parecer da assessoria jurídica, que seja aprovado pela autoridade competente. Ao afirmar "adoto o parecer acima", a autoridade competente produz um ato jurídico próprio. Formalmente, passa a existir o ato administrativo da autoridade superior. O parecer é uma mera proposta de decisão (ressalvados os casos em que o parecer apresenta natureza vinculante). Justamente por isso e por exemplo, a autoridade que adotou o parecer responderá pela decisão, inclusive no tocante a um eventual mandado de segurança. A autoridade coatora não é o assessor jurídico que elaborou o parecer, mas a autoridade superior que o adotou.

IV.3 O caso concreto: a ausência de atividade decisória

58. Portanto, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck não desenvolveu qualquer atividade decisória no curso da licitação. Exercitou os seus deveres como contratado para prestar assessoramento no curso da licitação.

IV.4 O caso concreto: a ausência de anomalia nos atos praticados

59. Também por isso, não se vislumbra qualquer anomalia na formulação de propostas de encaminhamento do certame, na apresentação de sugestões de decisão, na redação de propostas de fundamentação e assim por diante.



60. Ao praticar esses atos, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck estava apenas adimplindo com as obrigações contratuais assumidas. Não se tratava de exercício indevido de competências alheias, nem de usurpação de funções públicas.

61. Justamente por isso, aliás, todos esses atos foram praticados de modo escrito e público, no bojo dos autos de procedimento licitatório. Além das manifestações verbais eventualmente promovidas, cabia ao Dr. Sacha Breckenfeld Reck formalizar as suas manifestações por escrito.

62. Em suma, é perfeitamente imaginável a existência de dezenas de manifestações do referido profissional nos autos da licitação, nelas se contendo opiniões, orientações, esclarecimentos, sugestões e assim por diante. Isso não configura qualquer irregularidade, nem prática reprovável em face da ordem jurídica.

Ante o exposto, resta aclarado que o citado escritório de advocacia e seus sócios atuaram como meros consultores no âmbito da Concorrência nº. 1/2011-ST, sem qualquer poder decisório, pelo que é improcedente a afirmação constante na inicial de que um escritório de advocacia teria usurpado funções da Comissão Especial de Licitação.

d. DA COMPROVAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DA CONSULTORIA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS - RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

As Autoras alegam que a Concorrência nº. 1/2011 teria sido irregular, fazendo referência à ação popular proposta por elas na Justiça Comum (autos 2013.01.1.092892-0), bem como à Ação Civil Pública proposta pela Abradec – Associação Brasileira de defesa do Consumidor Meio Ambiente e Cidadania (n.º 2013.01.1.13.7964-2).



Embora a presente Ação Popular não tenha por objeto a anulação da Concorrência n.º 1/2011 – ST, faz-se imprescindível que essa Geral do Distrito Federal anexe à defesa a ser apresentada em face desta Ação Popular cópia das contestações e documentos apresentados no bojo das Ações n.ºs 2013.01.1.092892-0 e 2013.01.1.13.7964-2, visto que esta Ação Popular faz referência expressa àquelas demandas.

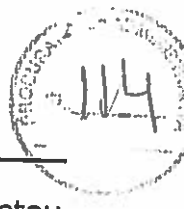
Impende, por fim, citar que aquelas ações são prejudiciais à presente, devendo esta Ação Popular ficar suspensa até julgamento final das citadas demandas, especialmente porque as liminares a que as Autoras fazem referência encontram-se suspensas, como alhures ventilado.

e. DA IRRELEVÂNCIA DE AÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ AO PRESENTE FEITO

As Autoras, mais uma vez tentando induzir esse juízo a equívoco, maliciosamente menciona uma Ação de Improbidade Administrativa em trâmite na Justiça Paranaense, sob o nº. 0011202-06.2013.8.16.0031, na primeira Vara Cível de Guarapuava. No entanto omite que, no que diz respeito ao advogado Sacha Breckenfeld Reck, tal demanda teve origem justamente nas denúncias criadas pela ABRADec (autora da ação judicial que é utilizada como fundamento na inicial da presente demanda) – e dissipadas na mídia.

De fato, as mesmas notícias jornalísticas citadas na inicial do presente feito foram utilizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná para fundamentar a citada Ação de Improbidade Administrativa.

E justamente porque tais notícias jornalísticas veiculavam acusações caluniosas envolvendo a licitação de Brasília, sem qualquer reconhecimento legítimo de procedência ou plausibilidade, não constituindo prova e nem sequer indício de conluio ou ato ilícito na atuação do advogado Sacha Breckenfeld Reck na licitação do Município de Guarapuava-PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná cassou a liminar proferida naquela ação civil pública, conforme decisão, em anexo.



A liminar proferida naqueles autos, por sua vez, que decretou equivocadamente a indisponibilidade dos bens do advogado Sacha Breckenfeld Reck - já revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme decisão, em anexo, é maliciosamente citada na exordial da presente demanda.

Foi criado um ciclo virtuoso, arquitetado meticulosamente, que teve início justamente na denúncia da ABRADec e nas notícias caluniosas daí decorrentes, divulgadas pelo Jornal de Brasília e por outros blogs locais:

→ A ABRADec formulou denúncia caluniosa e mentirosa, colocando sob suspeita a Concorrência n.º 1/2011-ST → foram plantadas, no Jornal de Brasília e em blogs da internet, notícias caluniosas sobre a atuação do escritório de advocacia na Concorrência 1/2011-ST, I → tais notícias, por sua vez, foram recebidas pelo Ministério Público do Estado do Paraná e utilizadas para fundamentar Ação Civil Pública que visa a anulação da Concorrência 05/2009 do Município de Guarapuava → a medida liminar proferida na Comarca de Guarapuava, embora já estivesse revogada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, foi usada como fundamento na petição inicial deste feito →, e, além disso, retroalimentou novas notícias do Jornal de Brasília e outros meios de comunicação, dando a falsa impressão de se tratar de fatos naturais e espontâneos, que, na verdade, ocultam o interesse privado de barrar a Concorrência nº 1/2011 - ST.

Esclareça-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná houve por bem em revogar a medida liminar de indisponibilidade de bens deferida na Ação Civil Pública que tem por objeto o transporte coletivo de Guarapuava.

Em seu despacho, que deferiu efeito suspensivo ao agravo de instrumento manejado pelo advogado Sacha Breckenfeld Reck, o Exmo Desembargador Nilson Mizuta, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entendeu não estar presente a fumaça do bom direito,



ressaltando a ausência de conduta dolosa pelo advogado, e a ausência de provas sobre o eventual recebimento de vantagem econômica indevida e de enriquecimento sem causa lícita, bem como sobre a ofensa lesiva ao patrimônio público financeiro do Município de Guarapuava.

Na mesma decisão, o Douto Desembargador asseverou que "registre-se, ao agravante [Sacha Reck] não foi atribuída nenhuma conduta fática que tivesse causado prejuízo ao processo licitatório."

Portanto, além ser infundada a Ação de Improbidade Administrativa que tramita em Guarapuava-PR, e já estar sendo combatida pelo advogado Sacha Breckenfeld Reck, a única relação entre aquela ação e a presente demanda consiste no fato de que se basearam em MENTIROSA DENÚNCIA formulada pela ABRADec, dissipada caluniosamente na mídia.

As Autoras e a citada Associação *agiram como verdadeiro torpe, querendo se beneficiar de sua torpeza*, ao utilizar como fundamento da presente demanda o fato de ter sido decretada indisponibilidade de bens do advogado Sacha Reck, de seu pai Garrone Reck e da empresa Auto Viação Marechal Ltda, inclusive fazendo referência a decisões já revogadas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná desde o mês de agosto de 2013,

_De tal sorte, a ação de improbidade administrativa que tramita na Justiça Paranaense não tem o condão de gerar nenhum efeito jurídico na presente demanda, servindo apenas para constatar os desdobramentos nefastos da meticulosa "Teoria da Conspiração" orinunda da imaginação criativa da ABRADec e de seus correligionários.

f. DA ALEGAÇÃO DE QUE UM MESMO GRUPO ECONÔMICO TERIA VENCIDO 2 LOTES DA LICITAÇÃO

As Autoras aduzem que ocorreu oligopólio, em desobediência ao Edital da Licitação, visto que duas empresas pertencentes a um mesmo grupo



econômico sagraram-se vencedoras de dois lotes da licitação.

116

Não assiste razão às Autoras.

Isso porque, para os fins do Edital da Concorrência n.º 1/2011 - ST, haveria grupo econômico se os licitantes tivessem "*controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação*". É o que dispõem os itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7:

"4 - OBJETO DA CONCORRÊNCIA

(...)

4.3 - A licitação será processada por meio de 5 (cinco) lotes. As LICITANTES poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, **estando a adjudicação limitada a apenas um lote por LICITANTE**, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital."

"16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

(...)

16.1.2 - **Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:**

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

(...)



16.1.7 - As LICITANTES poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, **estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente EDITAL.** (g.n)

Pois bem. Pela análise dos contratos sociais da Viação Pioneira e da Viação Piracicabana, **verifica-se que tais empresas NÃO possuem controle societário ou administradores comuns.**

A Viação Pioneira tem por sócias exclusivamente Cristiane Constantino e Auristele Constantino, as quais também administram a sociedade. Portanto, não há nenhum sócio ou administrador em comum entre as empresas Viação Pioneira e Viação Piracicabana.

Importa frisar que o fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma **terceira empresa (Expresso União)**, totalmente independente, que **não participou da licitação, não as torna grupo econômico**, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes, o que não é o caso.

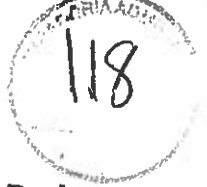
É de se observar que é corriqueiro que vários sócios de empresas licitantes, eventualmente, sejam acionistas comuns de uma terceira empresa. É o que ocorre, por exemplo, se estivermos diante de acionistas da Petrobrás, Eletrobrás, e outras empresas do mercado de ações. Tal fato, entretanto, não configura grupo econômico para os fins da Licitação em tela.

Destaca-se que o Tribunal de Contas da União recentemente explicitou, em acórdão, que **"não há vedação legal à participação, em uma mesma licitação, de empresas cujos sócios tenham relações de parentesco entre si"**. Confira-se:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

"Não existe vedação legal à participação, em uma mesma licitação, de empresas com sócios com relação de parentesco." (TCU. Acórdão 1448/2013-Plenário, TC 013.658/2009-4, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 12.6.2013.)

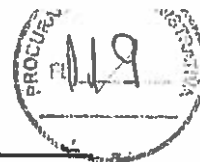


Tal entendimento, *in casu*, foi confirmado pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no Mandado de Segurança nº. 2013.00.2.008852-7, bem como no Mandado de Segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio SOGIMA, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, conforme decisões em anexo.

Esclareça-se, ainda, que a Comissão Especial de Licitação não pode exigir dos concorrentes nada além das condicionantes previstas no Edital a título de habilitação e legitimação de suas propostas. Isto é fixado pela Lei Federal nº 8.666/93, que, em seu art. 3º, caput, regulamenta os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (g.n)

Marçal JUSTEN FILHO, ao comentar o princípio do julgamento objetivo, disserta que:



"Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela dos interesses supraindividuais não autoriza, contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.

Todos os critérios norteadores da atividade decisória devem estar previamente indicados no ato convocatório, assujeitados a controle e fiscalização. A adoção de outros critérios caracteriza sigilo ou segredo incompatível com o rigor exigido pela Lei.⁹

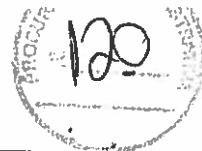
Neste esteio, relevante citar que o Supremo Tribunal Federal, em aresto de RMS-AgR nº 24.555/DF, de relatoria do Ministro Eros Grau (DJ de 31.03.2006), asseverou que *"a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CF/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei nº 8.666/93), **sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto.**"* (g.n.)

Sendo assim, em atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, figura-se completamente descabido o arguido pelas Autoras.

4. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE LIMINAR

Ante as razões acima delineadas, é flagrante a não caracterização

⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2010, p. 611. Grifou-se



dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial, conforme se demonstrará.

Em primeiro lugar, cumpre demonstrar a inexistência de verossimilhança das alegações das Autoras.

Primeiro porque as liminares em que se fundamentam as Autoras encontram-se suspensas por decisão do Presidente do TJDF, desde o início do mês de outubro de 2013, cujas decisões foram mantidas pelo Órgão Colegiado daquela Corte, consoante andamentos e decisões em anexo (Pedidos de Suspensão de Liminar nº. 2013 00 2 023928-3 e nº. 2013 00 2 024163-0).

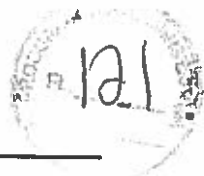
Ademais, mera leitura da peça exordial demonstra que esta é amparada quase que exclusivamente em matérias jornalísticas, as quais não dispõem do mesmo rigor com a verdade que se deve ter em procedimentos judiciais.

Além disso, estas constituem apenas suposições unilaterais de jornalistas que são publicizadas sem a preocupação de se oferecer contraditório e ampla defesa àqueles eventualmente acusados.

Por conseguinte, é indubitoso que nenhuma das matérias jornalísticas indicadas pelas Autoras pode ser adotada como verdade ou sequer indício de verdade porque não representam prova documental de qualquer fato, motivo pelo qual sequer podem ser tomadas como indício de prova.

Também não socorre as Autoras qualquer perigo de dano a justificar a concessão da suspensão de financiamentos eventualmente obtidos pelas empresas Requeridas.

Ora, o financiamento de veículos não é uma vantagem ilícita em proveito próprio das empresas que se sagraram vencedoras na licitação em comento. Os novos ônibus adquiridos nestas condições só podem ser utilizados para operação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal – **em benefício, portanto, dos usuários.**



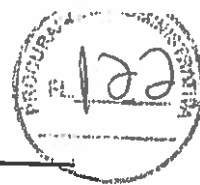
Em caso de eventual e futura anulação dos contratos de concessão, uma vez tendo sido adquiridos os veículos, basta à Administração pública promover a sua desapropriação para atribuição a um novo operador, cobrando inclusive esse custo na incidência do valor de outorga. Assim, enquanto se julga o mérito da presente ação, o serviço de transporte público coletivo segue sendo prestado com qualidade pelos novos concessionários e, posteriormente, **não haverá prejuízo caso se tenha que interromper o contrato futuramente.**

A liminar, sim, caso deferida, acarretará em **prejuízo reverso** ao interesse público, pois obrigaria as empresas contratadas a suspenderem seus financiamentos - e a população do Distrito Federal ficaria sujeita a risco de descontinuidade da operação do transporte público coletivo.

Salienta-se que três das concessionárias já começaram a prestar os serviços, usando veículos adquiridos em 2013, sendo que as outras duas iniciarão a operação ainda em dezembro deste ano. O absurdo pedido na liminar das Autoras, à toda aparência, produz uma inversão perniciosa de valores, pois resultaria na suspensão da atividade de empresas selecionadas em procedimento licitatório, que assegura eficiência, qualidade dos serviços e segurança jurídica.

Acerca do tema, bem decidiu o TJDF, vejamos:

"O DISTRITO FEDERAL requer, por meio da petição de fls. 2/21, com fundamento no artigo 4º da Lei 8.437/1992, a suspensão de execução de medida liminar deferida pelo ilustre Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nos autos da Ação Popular 2013.01.1.092892-0, que determinou a suspensão de dois contratos administrativos de concessão de serviços de transporte público coletivo, assinados após regular tramitação do procedimento licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF. Narra que a referida ação popular (fls. 24/29 e 49/62) foi proposta por ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO contra o DISTRITO



FEDERAL, onde apontaram irregularidades no processo licitatório epígrafado, com suporte em diversas reportagens de jornal (fls. 30/48), no sentido de que a competitividade e a moralidade públicas foram violadas. Acrescenta que, segundo as autoras, tais violações decorreram do fato de o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, quando prestaram consultoria jurídica à Comissão Licitante, supostamente favoreceram as empresas VIAÇÃO PIRACICABANA e VIAÇÃO MARECHAL, vencedoras, respectivamente, das bacias 1 e 4. (...) Estabelecidas tais premissas, saliente-se que o DISTRITO FEDERAL trouxe à colação questões fáticas e jurídicas envolvidas na ação popular e demonstrou a efetiva lesão à ordem e à economia públicas. Destaque-se que eventual error in iudicando praticado pelo juízo monocrático será apreciado no seu leito natural, que é a via recursal adequada para o exame de questões de fundo envolvidas na lide. As Cortes Superiores já decidiram que não cabe, em sede de suspensão de segurança, examinar o acerto ou desacerto da decisão judicial combatida, porque esse foco reclama o enfrentamento do mérito da lide principal, de caráter eminentemente jurídico. Portanto, a suspensão de segurança se limita à análise da potencialidade lesiva da decisão, (...) Com o novo sistema de transporte público, será adotada a modalidade denominada troco-alimentador, onde o espaço geográfico do DF foi dividido em 5 (cinco) bacias ou lotes. Ora, de acordo com a tutela antecipada pelo juízo fazendário, os contratos administrativos das bacias 1 e 4 não foram apenas suspensos, mas o processo licitatório respectivo retornou à fase de habilitação de concorrentes e apresentação de propostas. Observe-se que a decisão interlocutória registrou que, se as VIAÇÕES PIRACICABANA e MARECHAL estiverem operando o sistema público de transporte, estas poderão dar continuidade pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da decisão, e, vencido esse lapso temporal, a exploração retornará à situação anterior à assinatura dos contratos suspensos. Considerando que as cinco bacias foram



concebidas para se interligarem, e por isso o sistema é denominado de tronco-alimentador, onde cada uma das bacias alimenta as demais, as linhas que servem as cidades-satélites e o plano piloto estarão conectadas a partir dos terminais de integração. (...) Considerando que a lógica do sistema foi concebida para permitir que os serviços sejam compartilhados entre lotes ou bacias, a paralisação dessas 2 (duas) bacias impedirá que as outras 3 (três) se concretizem. É inegável que a suspensão dos contratos e o retorno da licitação à fase de habilitação dos concorrentes e apresentação de propostas irá contrariar a expectativa de toda a sociedade local, que deseja urgentemente a melhoria no transporte público. (...) Trilhar caminho diverso significa evitar grave dano à ordem pública, garantindo-se à sociedade do Distrito Federal a prestação de um serviço de transporte público eficiente e seguro, evitando-se, inclusive, a paralisação de serviço essencial. Indiscutível também é a grave lesão à economia pública, porquanto a licitação abrange a aplicação de vultosos recursos públicos e privados, e o descompasso no processo licitatório poderá desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na capital federal. Importa repisar que esta Presidência não está a avaliar a correção ou equívoco da decisão, mas sua potencialidade de lesão aos interesses superiores supracitados. Assim, esta via mostra-se inadequada para a análise da legalidade na contratação do advogado SACHA RECK e de todos os outros aspectos a ela relacionados. **Diante do exposto, reputando presentes os requisitos legalmente exigidos, DEFIRO a suspensão pleiteada.** Oficie-se ao Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 03 de outubro de 2013. (a) Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios". (Pedido de Suspensão de Liminar n. 2013 00 2 023928-3).



Portanto, é de se ver que não há qualquer potencial de lesão irreparável ou de difícil reparação se não acolhido o pleito liminar formulado pelas Autoras (de suspensão de financiamentos).

Suspender tais financiamentos seria o mesmo que impedir as novas concessionárias de realizarem investimentos no transporte público coletivo do Distrito Federal, o que é inadmissível.

Pelo contrário, o indeferimento do pleito liminar assegurará à população do Distrito Federal a prestação de um serviço público de qualidade, com veículos novos, em situação inversa à até então vivenciada.

Em outras palavras, não apenas não se vislumbra *periculum in mora* em favor das Autoras, mas também é inegável a concretização de uma série de prejuízos diretamente aos usuários do transporte público coletivo do Distrito Federal caso for acolhida a pretensão por elas postulada liminarmente.

5. PEDIDOS

Ante todo o delineado, requer o Distrito Federal:

- a) Seja indeferida a medida liminar pleiteada ante a ausência dos requisitos necessários – *fumus boni iuris* e *periculum in mora*;
- b) Seja acolhida a prejudicial de **litispendência**, extinguindo a presente Ação Popular, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso V, do CPC;
- c) Não se entendendo pela litispendência, o que r. não se espera, requer seja acolhida a preliminar de **ausência de interesse processual**, extinguindo a presente Ação Popular, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do CPC;



- d) Na remota hipótese de não se acolherem as matérias preliminares arguidas, o que r. não se espera, mas se admite a título de defesa eventual, antes de iniciada a fase de instrução probatória, requer a **IMEDIATA SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO**, até o trânsito em julgado das ações que servem de fundamento para a presente medida (Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, em trâmite na 1ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e Ação Civil Pública nº. 2013.01.1.13.7964-2, em trâmite na 2ª. Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal), tendo em vista a prejudicialidade daquelas causas em relação ao objeto deste feito;
- e) Ao final, seja **JULGADO TOTALMENTE IMPROCEDENTE OS PEDIDOS CONSTANTES DA AÇÃO POPULAR**, tendo em vista as razões de fato e de direito delineadas;
- f) O autor seja condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, na forma do art. 10 da Lei nº. 4.717/1965¹⁰ e art. 20, §4º, do Código de Processo Civil;
- g) Requer-se, ainda, provar o alegado por todas as formas em direito admitidas, em especial o depoimento pessoal dos autores e produção de provas documental, pericial e testemunhal.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 10 janeiro de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

¹⁰ Art. 10. As partes só pagarão custas e preparo a final.